

MULHERES FILÓSOFA E DISCURSO: BREVES REFLEXÕES DO SILENCIAMENTO DE FILÓSOFA NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA PELO VIÉS DA ANÁLISE DE DISCURSO

Anna Deyse Rafaela Peinhopf

MULHERES FILÓSOFAS E DISCURSO: BREVES REFLEXÕES DO SILENCIAMENTO DE FILÓSOFAS NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA PELO VIÉS DA ANÁLISE DE DISCURSO

Anna Deyse Rafaela Peinhopf¹

RESUMO:

Fundamentadas na Análise de Discurso pecheutiana, procuramos entender uma Formação Discursiva da Filosofia, filiada à ideologia patriarcal, que pensou e delimitou o que é ser mulher durante séculos, e “autorizou” os lugares que poderiam ser por elas ocupados. Observamos as ementas de História da Filosofia Contemporânea para analisar possíveis efeitos de sentido produzidos por essa Formação Discursiva e sua relação com o silenciamento, pela via do apagamento, das filósofas. Com isso, temos como objetivo geral a análise dos ementários dos cursos de Ensino Superior em Filosofia em determinadas Universidades Federais, ao nível de bacharelado ou licenciatura, para propor um gesto de leitura analítica sobre alguns dos efeitos de sentido produzidos pela Formação Ideológica Patriarcal que atravessa uma Formação Discursiva da Filosofia, conforme estamos nomeando. Também investigamos se esse processo de disciplinarizar um conhecimento, institucionalizando-o, funciona como mecanismo que silencia filósofas, apagando sua participação enquanto produtoras de conhecimento e silenciando suas produções intelectuais na medida em que são pouco utilizadas nas referências ou não aparecem nos processos de denominação e referenciação de uma disciplina.

PALAVRAS-CHAVE:

Mulheres filósofas, Silenciamento, Análise de Discurso.

¹ Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestra em Letras (2020) e licenciada em Filosofia (2013) pela mesma Instituição. Bolsista Capes.

Para constituir o discurso como objeto de estudo, a proposta teórica elaborada por Pêcheux (1969, 1975, 1988) considera o imbricamento de três áreas do conhecimento: o materialismo histórico, a linguística, e a teoria do discurso. Eni Orlandi (2010, 2013), pioneira nos estudos de Pêcheux no Brasil, entende que as três regiões do conhecimento científico que o gesto analítico do discurso implica e desliza são a Linguística, como ciência da linguagem, o Materialismo Histórico, como ciência das formações sociais, e a Psicanálise, como ciência do inconsciente. Deste modo, Análise de Discurso pecheutiana, teorizada por Orlandi, representa um método de investigação que, ao reunir as três bases epistemológicas, critica e desloca vários de seus conceitos, modificando-os no modo como são entendidos e utilizados (Orlandi, 2010).

A Análise de Discurso pecheutiana entende que o discurso é opaco, isto é, não é transparente e o que sentido é, na verdade, um efeito obtido a partir das condições de produção históricas em que o dizer foi proferido. Assim, ao invés de termos, como objeto de estudo, a língua fechada nela mesma, como na Linguística estruturalista saussuriana, na perspectiva pecheutiana consideramos o discurso, tomado como “um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto” (Orlandi, 2010, p. 16), inter-relacionando-o com a história e a sociedade.

Em outros termos, a Análise de Discurso pecheutiana considera que a linguagem é materializada na ideologia e esta se manifesta na língua, no discurso (Orlandi, 2010), modificando a compreensão teórica sobre aquele que diz e aquele que escuta.

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, [a Análise de Discurso] trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (Orlandi, 2010, p. 17).

Assim, a teoria pecheutiana também compreende os sujeitos falantes de outra

forma, na medida em que os pensa como atravessados ideologicamente. Para Pêcheux (1969, 1975, 1988), que utiliza, mas também desloca, a teoria althusseriana, a região do materialismo histórico que Análise de Discurso elabora é a da “superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (Pêcheux; Fuchs [1975], 1997, p. 165). Desse modo, entendemos que a ideologia se constitui, ao mesmo tempo em que é constituída, por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica.

Por isso, na Análise de Discurso pecheutiana, invertemos a procura de *o que* um texto quer dizer, para *como* este texto diz (Orlandi, 2010), passando a considerar os sujeitos pelo e do discurso. Isso porque somos atravessados ideologicamente e as condições de produção produzem os efeitos de sentido que encontramos nas materialidades textuais:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (Pêcheux; Fuchs [1975], 1997, p. 165-166).

Em outros termos, a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos (Althusser, 1974). Com isso, a estrutura da interpelação ideológica, que atravessa os sujeitos e produz os efeitos de sentido, é assegurada materialmente pela existência dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Assim, nosso *corpus* é formado pelos ementários das disciplinas obrigatórias de perfil histórico dos programas nacionais de graduação em Filosofia, nas Universidades Federais brasileiras, em especial da História da Filosofia Contemporânea². Assim, selecionamos as Universidades Federais que

² Poderíamos trazer determinados dizeres sobre as mulheres de filósofos como Platão, Aristóteles, Agostinho, Tomás de Aquino, Rousseau e Kant, e dizeres de filósofas como Aspásia de Mileto, Diótima de Mantinéia, Hildegarda de Bingen, Christine de Pisan, Olympe de Gouges e Lou Andreas-Salomé.

disponibilizavam, publicamente e online, o documento que continha a Proposta Político-Pedagógica do curso de Filosofia. Neles, recortamos as ementas e as referências bibliográficas para observar como são os dizeres que constituem a justificativa das disciplinas e a escolha entre as autoras e os autores que as compõe. Consideramos que esses dizeres materializam, ainda que de forma limitada, dada a vastidão da produção filosófica, quais são as justificativas para o uso das/dos autoras/autores que definem (n)o que (se) constitui a História da Filosofia Contemporânea a serem estudados na Graduação.

Com isso, temos como justificativa problematizar como se institucionaliza o silenciamento das mulheres nas disciplinas recortadas. Nesse sentido, queremos refletir sobre institucionalização de um saber que, a partir de uma Formação Imaginária, nomeia e designa o que uma disciplina é, por meio de sujeitos e temas a serem tratados. Também investigamos se esse processo de disciplinarizar um conhecimento, institucionalizando-o, funciona como mecanismo que silencia filósofas, apagando sua participação enquanto produtoras de conhecimento e silenciando suas produções na medida em que são pouco utilizadas nas referências ou não aparecem nos processos de denominação e referência de uma disciplina.

1 APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO

Tais instrumentos de ação ideológica são definidos por Althusser (1974,1999) como certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Para o filósofo, os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) têm como objetivo a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração daqueles que estão no poder sob os sujeitos que são subjugados.

Um Aparelho ideológico de Estado é um sistema de instituições,

Porém, como o objetivo aqui é o de analisar as ementas de História da Filosofia Contemporânea, deixaremos para analisar os dizeres de filósofas e filósofos sobre as mulheres em outro momento.

organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte” (Althusser, 1999, p. 104).

Analisemos esse conceito a partir do seguinte recorte³:

Quadro 1 – Recorte das ementas de História da Filosofia Contemporânea

UFAL (2006) – HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA I

A partir dos principais problemas levantados pelos filósofos do século dezenove, problematiza o conceito de razão e modernidade que se constitui nas principais abordagens filosóficas na contemporaneidade. Tendo como elemento de estudo o positivismo e o neo-positivismo, as obras de Marx, Nietzsche e Freud, do existencialismo, a repercussão do marxismo e das filosofias da linguagem e da filosofia analítica. A importância da Teoria Crítica.

REFERÊNCIAS: 25 textos – 25 de autores

AZÚA, Javier B.R. De Heidegger a Habermas: hermenêutica y fundamentación última en la filosofía contemporânea. Barcelona: Herder, 1997. BOCHENSKI, Józef Maria. A Filosofia Contemporânea Ocidental. São Paulo: Herder, 1968. CHATELET, François. História da Filosofia. 8 VOLUMES. Lisboa: Dom Quixote. 2001. DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1988. FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999. GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e Interesse. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. HABERMAS, Jürgen. Discurso Filosófico da Modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2002. HEINEMANN, Fritz. A Filosofia no Séc. XX. Lisboa: Gulbenkian, 1993. HIRSCHBERGER, Johannes. História da Filosofia na Idade Contemporânea. 2. ed. São Paulo: Herder, 1968. HORKHEIMER, Max. Eclipse da Razão. São Paulo: Centauro, 2000. HUSSERL, Edmund. A Idéia da Fenomenologia. Lisboa: Edições 70, 2000. LUKÁCS, Georg. Existencialismo ou Marxismo. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. MERLEAU-PONTY, Maurice. Textos Selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores). MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 2001. MERLEAU-PONTY, Maurice. Natureza. São Paulo: Martins Fontes, 2003. MERQUIOR, José G. Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin: ensaio crítico sobre a escola neohegeliana de Frankfurt. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969. NUNES, Benedito. A Filosofia Contemporânea: trajetos iniciais. São Paulo: Ática, 1991. PUTNAM, Hilary. El Pragmatismo: un debate abierto. Barcelona: Gedisa, 1999. REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. História da Filosofia. Vol.III. São Paulo: Paulus, 1991. RICOEUR, Paul. O Si-mesmo como um Outro. Campinas: Papyrus, 1991. ROUANET, Sérgio P. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. SARTRE, Jean-Paul. O Ser e o Nada. Petrópolis: Vozes, 2002. SARTRE, Jean-Paul. Crítica da Razão Dialética. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. STEGMULLER, Wolfgang. A Filosofia Contemporânea. São Paulo: Epu,.

³ Consideramos a definição de recorte dada por Orlandi (1984, p. 14): “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Destacamos algumas partes desse e dos demais recortes: em negrito está, em acréscimo, o número de textos referenciados e a correspondente autoria; em itálico, estão as obras de autoria de filósofos.

UFMT (2013) – HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

A contemporaneidade do pensamento como problema: o marco nietzschiano. Correntes da filosofia contemporânea: Fenomenologia, Existencialismo, Pós-estruturalismo, Hermenêutica filosófica e Desconstrutivismo. A superação da metafísica e a filosofia posta em questão.

Bibliografia BÁSICA: 08 textos – 08 de autores

DERRIDA, Jacques. A escritura e a diferença. Editora Perspectiva, 1995. FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Graal Editora, 2007. GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica - Volumes I e II. Vozes, 2008. HEIDEGGER, Martin. Conferências e escritos filosóficos. Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1979. HUSSERL, Edmund. Idéias para uma fenomenologia pura. Idéias & Letras, 2008. NIETZSCHE, Friedrich. Crepúsculo dos ídolos. Companhia das Letras, 2006. SARTRE, Jean Paul. O Existencialismo é um humanismo. In: Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1979. VATTIMO, Gianni. Para além da interpretação: o significado da hermenêutica para a filosofia. Tempo Brasileiro, 1999.

Bibliografia COMPLEMENTAR: 24 textos – 24 de autores

BORNHEIM, Gerd. Sartre - Metafísica e Existencialismo. Editora Perspectiva, 2000. DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Graal Editora, 2006. _____. Margens da filosofia. Papyrus Editora, 1991. FOGEL, Gilvan. Conhecer e criar – um ensaio a partir de F. Nietzsche. Discurso, 2003. _____. Vigiar e punir. Vozes, 2007. GADAMER, Hans-Georg. Hermenêutica em retrospectiva. Volumes I, II, III, IV e V. Vozes, _____. HEIDEGGER, Martin. Ensaios e conferências. Vozes, 2002. _____. Nietzsche – Volumes I e II. Forense Universitária, _____. Ser e Tempo. Editora Vozes, 1993. HUSSERL, Edmund. A crise da humanidade européia e a filosofia. Edipucrs, 2008. KIERKEGAARD, Søren. Temor e Tremor. Hemus, 2008. LAWN, Chris. Compreender Gadamer. Petrópolis: Vozes, 2007. LYOTARD, Jean-François. A fenomenologia. Edições 70, 2008. MACHADO, Roberto. Nietzsche e a verdade. Paz e Terra, 1999. MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. A doutrina da vontade de poder em Nietzsche. Annablume, 1997. NIETZSCHE, Friedrich. A gaia ciência. Companhia Das Letras, 2001. _____. A genealogia da moral. Companhia Das Letras, 1998. _____. Além do bem e do mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro. Companhia Das Letras, 1999. _____. Assim falou Zaratustra: Um livro para todos e para ninguém. Círculo do Livro, (1989). PAREYSON, Luigi. Verdade e interpretação: Martins Editora, 2005. RICOEUR, Paul. O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica. Res Editora, 1989. SARTRE, Jean Paul. O ser e o nada. Vozes, 2005. VATTIMO, Gianni. Introdução a Nietzsche. Editorial Presença, 1990. _____. O fim da modernidade. Martins Fontes, 1996.

UFPA (2010) – HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA I

Estudo do pensamento dos principais filósofos da abertura da era contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: 10 textos – 10 de autores

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do Espírito, Petrópolis, Vozes, 1994 (2º volume). HUSSERL, Edmund. Investigações Lógicas. Madrid: Alianza Editorial. _____. A Filosofia como ciência de rigor. MARX, Karl. O Capital, Livro I, Cap. 1, São Paulo. Abril Cultural: 1985 (Coleção "Grandes Economistas"). _____. Contribuição à Crítica da Economia Política., São Paulo, Martins Fontes, 1983. NIETZSCHE, Friedrich. Humano, demasiado humano. São Paulo: Cia. das letras, 2002. NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da Moral, 2ª ed., São paulo, Cia. Das Letras, 1997. _____. A Gaia Ciência. São Paulo: Cia.das Letras, 2004. SCHOPENHAUER, Arthur. "Crítica da Filosofia Kantiana" in O mundo como Vontade e Representação, São Paulo, Abril Cultural, 1975 (Coleção "Os Pensadores"). WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações Filosóficas, Rio de Janeiro, editora Vozes, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: 05 textos – 04 de autores; 01 de autoria compartilhada

CHATELET, François. História da Filosofia: O século XX, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983, vol. VIII. INWOOD, Michael. Dicionário Hegel, Rio de Janeiro, Zahar, 1997. FLEISCHER, Margot; HENNIGFELD, Jochen. Filósofos do século XIX, Rio Grande do Sul, UNISINOS, 2007.

SCHOPENHAUER, Arthur. Fragmentos sobre a História da Filosofia, São Paulo, Martins Fontes, 2007. THORNTON, Tim. Wittgenstein - Sobre Linguagem e Pensamento, São Paulo, Loyola, 2007.

UFSCar (2012) – HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA I

Objetivos gerais: Fazer com que o estudante adquira conhecimentos acerca dos principais representantes do pensamento filosófico contemporâneo.

Ementa: Estudo de um ou mais autores clássicos e/ou temas fundamentais da Filosofia Contemporânea, com ênfase nos pensadores dos séculos XIX e XX.

Bibliografia básica: 05 textos – 05 de autores

BERGSON, Henri. Introdução ao Pensamento e o Movente. São Paulo: Abril: 1974 ou São Paulo: Martins Fontes, 2008. _____ Introdução à Metafísica, em O Pensamento e o Movente (mesmas edições da referência anterior). _____ Ensaio sobre os dados Imediatos da Consciência. Lisboa: Edições 70, s/d. Texto disponível on-line. _____ A Evolução Criadora (capítulo IV). São Paulo: Martins Fontes, 2005. DELEUZE, G. Bergsonismo. São Paulo: Editora 34, 1999.

Bibliografia complementar: 08 textos – 05 de autores; 03 de autoras

PINTO, Débora Cristina Morato. Bergson, In: *Os Filósofos - Clássicos da Filosofia*, V.2. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. PINTO, Débora Cristina Morato. *Crítica do negativo e ontologia da Presença: a interpretação de Bergson segundo Bento Prado Junior. O Que nos Faz Pensar, Revista do Departamento de Filosofia da PUC-RIO, Rio de Janeiro, v. 22, p. 23-48, 2007.* PINTO, Débora Cristina Morato; MARQUES, Silene Torres. (Org.) *Bergson. Crítica do Negativo e Pensamento em Duração. São Paulo: Alameda, 2009. v. 1.* PRADO JÚNIOR, Bento. Presença e Campo Transcendental. Consciência e Negatividade na Filosofia de Bergson. São Paulo: Edusp, 1989. SILVA, Franklin Leopoldo. Bergson, Intuição e Discurso Filosófico. São Paulo: Loyola, 1994. WORMS, Frederic. A concepção bergsoniana do tempo. Em: Dois pontos. Revista de Filosofia dos Departamentos da UFPr e UFSCar. Vol.1 n.1, 2004. _____ Le Vocabulaire de Bergson. Paris: Ellipses, 2007. _____ Bergson. Os dois sentidos da vida. São Paulo: Ed. UNIFESP, 2010.

UNILA (2014) – HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA I

Correntes, tendências, problemas, matizes, e autores das tradições filosófica inglesa, francesa e alemã da primeira metade do século XX.

Bibliografia básica: 03 textos – 02 de autores; 01 autoria não identificada

BOGOMOLOV, A.S. A filosofia Americana no século XX, Civilização Brasileira, Brasil, 1979*. BRYAN, Magee [Ed]. *Modern British Philosophy*, Oxford University Press, UK, 1986. LEAMAN, Oliver. *Eastern Philosophy: Key Reading*, Routledge, USA, 2000.

Bibliografia complementar: 03 textos – 03 de autores

ANDLER, Charles; BASCH, B*; et alli. *La philosophie allemande au XIX siècle*, Alcan, Paris, 1912. BREHIER, Émile. *Histoire de la philosophie allemande*, Payot, Paris, 1921. RAVAISSON, F. *La philosophie en France au 19ème siècle [1867]*, Hachette, Paris, 1869. HALLEN, Barry. *A Short History of African Philosophy*, Indiana University Press, USA, 2002. KUKLICK, Bruce. *A History of Philosophy in American, 1720-2000*. Oxford: Clarendon Press, 2001.

*Autoria não identificada

Fonte: UFAL (2006, p. 11), UFMT (2013, p. 130), UFSCar (2012, p. 26), UFPA (2010, 45) e UNILA (2014, p. 13).

Analizando as bibliografias que embasam as ementas das disciplinas de

História da Filosofia Contemporânea, percebemos a regularidade entre os temas e os autores referenciados, o que serve para compor aquilo que se entende por essa disciplina. Assim, a repetição de temas e de autores parece produzir um efeito de sentido que coloca homens como os sujeitos que produziram e produzem conhecimento filosófico.

Com isso, entendemos que o Aparelho Ideológico Escola, refletido no espaço das Universidades Federais, compõe uma estrutura social que mantém e perpetua possíveis efeitos de sentido que silencia filósofas. Isso porque, como podemos analisar a partir do recorte acima, cujo padrão é repetido nas ementas das cinco universidades, há referências e menções de apenas filósofos para designar e nomear o que é a História da Filosofia Contemporânea. Por outro lado, as filósofas estão presentes como estudiosas e pesquisadoras desses filósofos, constituindo um furo da Formação Discursiva a que se filiam os sujeitos-atoras-professoras/sujeitos-autores-professores das ementas, como abordaremos na sequência.

Segundo Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p. 166), as relações de classes ou da luta de classes se caracterizam pelo embate, no interior dos Aparelhos Ideológicos, de posições políticas e ideológicas que não constituem a maneira de ser dos indivíduos, “mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação”. Nesse sentido, percebemos uma predominância de textos e autores nas ementas que materializam uma Formação Ideológica a que chamaremos de Patriarcal, na qual, historicamente, homens e mulheres estão em conflito, com a prevalência da escolha de sujeitos masculinos como representantes da produção intelectual de uma época.

2 FORMAÇÃO IDEOLÓGICA E FORMAÇÃO DISCURSIVA

Nesse sentido, a Formação Ideológica, para a Análise de Discurso pecheutiana, funciona para “caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura

ideológica” (Pêcheux; Fuchs [1975], 1997, p. 166). Assim, a Formação Ideológica compõe uma formação social em dado momento, demarcando seus conflitos e também a classe que será dominante e a que será dominada. Isso, por sua vez, implica que “cada Formação Ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (Pêcheux; Fuchs [1975], 1997, p. 166).

É desse modo que se produz a relação entre ideologia e discurso e entre sujeito e discurso, isto é, a partir da Formação Ideológica, que se constitui pelas Formações Discursivas, que, por sua vez, são determinadas pelas condições de produção. Assim, é o funcionamento da ideologia que cola um sentido, enquanto efeito, em um determinado dizer, o que, em nossa análise, define, por exemplo, a História da Filosofia Contemporânea em “Estudo do pensamento dos principais filósofos da abertura da era contemporânea” (UFPA, 2010), e estes filósofos serem, para a ementa em questão, Hegel, Marx, Nietzsche, Schopenhauer etc.

Desse modo, segundo Pêcheux (1988), é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é determinado assunto – neste caso, é ela que trará a evidência do “todo mundo sabe” o que é um “filósofo”, o que, por consequência, define o que “todo mundo sabe” que é a Filosofia, e o que “todo mundo sabe” que é a disciplina de História da Filosofia, nesse caso, Contemporânea.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (Pêcheux [1988], 2009, p. 146).

Assim, o caráter material do sentido é mascarado por sua evidência transparente para o sujeito e é constituído daquilo que Pêcheux ([1988], 2009, p. 146) chama de “o todo complexo das formações ideológicas”. Disso temos, então, que as

palavras não têm um sentido transparente ou intrínseco, isto é, uma essência (tese preciosa para o idealismo). Além disso, as palavras, ou os dizeres, apagam, pela transparência do sentido que nelas se constitui, sua dependência com a ideologia.

Nos termos de Pêcheux:

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe "em si mesmo" (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (Pêcheux [1988], 2009, p. 146-147, *grifos do autor*).

Consideramos, então, as ementas como uma Formação Discursiva que, a partir de uma Formação Ideológica, determina o que pode e deve ser dito dentro do curso de Graduação em Filosofia. Chamaremos, então, a primeira de uma Formação Discursiva da Filosofia, e a segunda de uma Formação Ideológica Patriarcal.

3 ENTREMEIOS DE SENTIDOS, IMBRICAÇÃO DE CONCEITOS

Assim, retomaremos alguns conceitos da Análise de Discurso pecheutiana. Começamos pelo termo *condições de produção*, que Pêcheux ([1969] 1997, p. 75) chama de "'circunstâncias' de um discurso". Orlandi (2010) considera-as a partir de dois sentidos: o estrito, em que temos as circunstâncias de enunciação, no contexto imediato; e o amplo, no qual consideramos o contexto sócio, histórico e ideológico.

Nesse sentido, para pensar as condições de produção de contexto imediato,

observamos o momento/lugar/meio de circulação em que o discurso é/foi produzido. Já nas condições de produção de contexto amplo, consideramos os elementos que derivam da organização da sociedade, com suas instituições e normas, isto é, com seus Aparelhos Ideológicos e Repressores de Estado, que controlam o sujeito do discurso.

As condições de produção de contexto imediato que observamos em nossa pesquisa remetem aos efeitos de sentido constituídos a partir das ementas, que circulam no ambiente acadêmico, e das Formações Discursivas, isto é, formas de dizer dos sujeitos que elaborariam o que é e o que não é determinado saber filosófico.

Já nas condições de produção de contexto amplo, consideramos a Formação Ideológica que atravessa os sujeitos, produzindo dizeres sobre as mulheres. A manifestação da ideologia, então, perpassa os sujeitos do discurso, constituindo as Formações Discursivas por meio de uma Formação Imaginária das mulheres enquanto objetos a serem dominados e usados. Assim, a Formação Imaginária diz respeito a imagem que os sujeitos têm de si e dos lugares que ocupam na formação social, e com aquilo que pode ser dito e imaginado a partir de uma memória discursiva (Ferreira, 2001).

Por sua vez, conforme afirma Orlandi (2010), a *memória*, quando pensada em relação ao discurso, é tratada como *interdiscurso*, ou seja, aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Nesse sentido, o dito torna opaco inúmeros não-ditos na medida em que é constituído por um apagamento da memória discursiva, por sentidos já discursivizados por alguém, em outros lugares e em outros momentos, mas que foram esquecidos:

As palavras [que dizemos] não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas 'nossas' palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (Orlandi, 2010, p. 32).

Assim, consideramos que a Formação Discursiva do recorte apresentado,

apesar de se constituir a partir de ementas de Instituições Federais distintas, produz um mesmo efeito de sentido que se quer transparente, isto é, de que o conhecimento a ser produzido é científico, neutro e abrange a totalidade do que deveria ser a disciplina de História da Filosofia Contemporânea. Porém, há vários efeitos de sentido sendo produzidos e que não estão ditos, ou estão já-ditos, que se materializam, por exemplo, no uso do termo “filósofos” para se referir àqueles que são os sujeitos que levantaram os principais problemas da filosofia do século XIX, ou então na escolha das obras de Marx, de Nietzsche e de Freud para determinar o que deve ser estudado.

As palavras, expressões e referências que compõe essas ementas recebem seu sentido de uma Formação Discursiva da Filosofia, filiada à ideologia patriarcal, que, ao longo dos séculos, produziu dizeres sobre o que é a ciência e o que são os seres, homens e mulheres dentre eles, determinando, assim, as posições que os sujeitos poderiam ocupar a partir de uma suposta “evidência”, ou transparência no sentido, que coloca, naturalizadamente⁴, homens ocupando espaços do saber, enquanto mulheres ocupariam espaços de subserviência, seja na função de procriar, seja na de cuidar da “prole e do lar”.

Segundo Pêcheux ([1988], 2009, p. 147, *grifos do autor*), “[...] os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Nesse sentido, os sujeitos responsáveis pelas disciplinas⁵ utilizam de termos masculinos como “filósofos” e “autores” para se referir a correntes, tendências, problemas, matizes etc., do período que vai do século XIX até os dias

⁴ Estamos entendendo “naturalizadamente” como aquilo que, por meio da ideologia, é tido como natural, mas que é produzido pelas condições de produção na história. Conforme afirma Orlandi (2013, p. 96-97), “A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de ‘evidência’, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como ‘natural’. Desse modo, resulta que se considera como natural o que é fabricado pela história”.

⁵ Nas Propostas Político-Pedagógicas dos cursos de Filosofia que pesquisamos, as/os professoras/professores ou as/os autoras/autores que formularam as ementas das disciplinas não são nomeados.

atuais, como se os termos utilizados no masculino dessem conta de todos os sujeitos que produziram pensamento filosófico na época.

Em outras palavras, entendemos que esses dizeres que constituem as ementas materializam uma mesma Formação Discursiva da Filosofia, filiada à ideologia patriarcal, que determina o que pode e deve ser dito dentro do Aparelho Ideológico Escola, abrangendo, em nosso trabalho, a Universidade. Sobre esse conceito, Orlandi (2010) afirma que um discurso se estabelece na relação com outros, naqueles que estão presentes e nos que permanecem na memória. Tal noção nos “permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (Orlandi, 2010, p. 43).

Consideramos que o conceito de Formação Discursiva se estabelece como o dizer que determina aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma Formação Ideológica constituída. Com isso, entendemos que a língua, o discurso que nos torna sujeitos, não é transparente, isto é, as palavras não carregam em si mesmas um sentido, pois este se constitui das e nas Formações Discursivas a que se filiam. E, no caso da institucionalização do conhecimento que estamos propondo analisar, se o sentido acontece a partir de uma Formação Discursiva da Filosofia anterior ao e no sujeito, estas representarão, no discurso, a Formação Ideológica Patriarcal, que determina o modo como mulheres são vistas e os locais sociais que estas podem ocupar. Por sua vez, isso implica que os sentidos serão determinados ideologicamente:

Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca (Orlandi, 2010, p. 43).

Quando Pêcheux ([1988] 2009, p. 281) afirma que “não há dominação sem

resistência”, podemos entender que há pelo menos dois dizeres em oposição, a saber, o da dominação e o da resistência. Além disso, também precisamos considerar que o dito possui inúmeros não-ditos, que são esquecidos, apagados ou silenciados (Orlandi, 2010, 2013). Por isso, observamos, em nossa análise, que há uma predominância dos textos de autoria masculina, escolhidos para representar o que seriam os conteúdos e os saberes que cada disciplina histórica da Filosofia mobiliza. E, a partir disso, perguntamo-nos o que não é dito para que haja a predileção de apenas autores para constituir o conhecimento filosófico, em particular, e o conhecimento científico, em geral.

Podemos problematizar, então, que a Formação Discursiva que entende a existência de apenas filósofos na História da Filosofia Contemporânea não é transparente no discurso de quem produziu as ementas. Ela existe na opacidade do texto, encontrada não só pela repetição dos mesmos termos/temas e dos mesmos autores, como também na não-escolha de autoras. Assim, essa Formação Discursiva é constituída por um não-dito, presente em outras Formações Discursivas e apagado da memória, a saber, que as mulheres não teriam produzido conhecimento intelectual nessa época.

Dito de outra forma, ao reutilizar os mesmos temas e os mesmos autores, quem formulou a disciplina não só diz que há um número reduzido de pensadores no período e que todos são homens, como também entende que não há mulheres filósofas que possam ser citadas, ou porque as creem como inexistentes ou porque entendem que estas não conseguiriam abranger os conteúdos referentes ao período histórico. Por isso, podemos analisar que a elaboração das disciplinas referentes à História da Filosofia Contemporânea⁶ produz, dentre outros, o efeito de sentido que apaga ou diminui a existência de filósofas, silenciando-as e reafirmando o discurso de que a posição intelectual das mulheres é inferior à dos homens.

⁶ Nesse momento, falamos sobre a História da Filosofia Contemporânea. Porém, também podemos problematizar o mesmo funcionamento na História da Filosofia Antiga, Medieval e Moderna.

4 APAGAMENTO, SILÊNCIO E SILENCIAMENTO

Consideramos que é pelo apagamento pela e na História da Filosofia que as mulheres são silenciadas enquanto filósofas. Conforme afirma Orlandi (2013), geralmente costumamos pensar o silêncio como “vazio”, como “falta”, isto é, o concebemos como a ausência de sons ou palavras. Porém, a Análise de Discurso desloca esse sentido, afirmando que o silêncio é condição da significação, é aquilo que está em todas as palavras, ou o que se instala no limiar do sentido (Orlandi, 2013). Nessa perspectiva, então, entendemos que o silêncio não é a ausência de palavras, e sim a multiplicidade de sentidos. Por isso, impô-lo não é calar o sujeito que fala, mas sim impedi-lo de sustentar *outro discurso*: “Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos” (Orlandi, 2013, p. 102).

Orlandi (2013, p. 24) afirma que o silêncio é da ordem da contradição constitutiva, situado na relação do “um” com o “múltiplo”, aceitando a “reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa”. Entendemos, assim, que os dizeres que constituem as ementas são compostos por aquilo que pode e deve ser dito dentro da Formação Discursiva da Filosofia, atravessada pelo interdiscurso de uma Formação Ideológica Patriarcal, a qual entende que mulheres não produziram conhecimento científico/filosófico.

Nesse sentido, segundo Orlandi (2013, p. 24), podemos pensar o silêncio enquanto fundador, quando consideramos que ele existe nas palavras, significando no não-dito e produzindo recuo no significante para produzir condições para existência dos efeitos de sentido. Também podemos pensá-lo a partir de um efeito político, que se subdivide em silêncio constitutivo, indicando que “para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras)”; e silêncio local, referindo-se “à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura)”.

Acreditamos que o silêncio que recai sobre as filósofas é da ordem da censura ideológica, não porque proíbe, por meio do Aparelho Ideológico Escola, na Instituição das Universidades Federais, a existência ou o uso de filósofas e de suas produções. Mas sim porque se filia, enquanto uma Formação Discursiva da Filosofia, a dizeres atravessados pela Formação Ideológica Patriarcal, que entende, histórica e ideologicamente, homens como criadores de conhecimento, ocupando espaços públicos, e mulheres como expectadoras, ocupando espaços privados.

A censura tal como a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. Se se considera que o dizível se define pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições (Orlandi, 2013, p. 104).

Consideramos, então, a partir de Orlandi (2013), que, ao falar, dizemos uma coisa e não outra. Porém, na formulação do que dizemos, há não só o que é materializado sintaticamente, como também uma relação interdiscursiva de dizeres esquecidos e apagados que sustentam o dizer atual e não-outro. Conforme afirma Pêcheux ([1988] 2009, p. 149), “[...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso”.

Assim, o dizer materializado nas ementas da História da Filosofia Contemporânea, sustenta-se sobre uma neutralidade que nomeia e designa os filósofos X, e não outros, e os temas Y, e não outros. Considerando, por exemplo, a ementa de “História da Filosofia Contemporânea I”, da UFSCar (2012, p. 26), o objetivo de “Fazer com que o estudante adquira conhecimentos acerca dos principais representantes do pensamento filosófico contemporâneo” parece vazio de posicionamento e até redundante no sentido, já que define a ementa e, por conseguinte, seu conteúdo como o “Estudo de um ou mais autores clássicos e/ou temas fundamentais da Filosofia Contemporânea, com ênfase nos pensadores dos

séculos XIX e XX". Ou seja, define o que é a História da Filosofia Contemporânea a partir do que entende ser a Filosofia Contemporânea, materializando a definição desta disciplina a partir de um sentido já-entendido dela, que não é dito.

**Quadro 1 – Recorte da ementa de História da Filosofia Contemporânea da
Universidade Federal de São Carlos**

UFSCar (2012) – HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA I
Objetivos gerais: Fazer com que o estudante adquira conhecimentos acerca dos principais representantes do pensamento filosófico contemporâneo. Ementa: Estudo de um ou mais autores clássicos e/ou temas fundamentais da Filosofia Contemporânea, com ênfase nos pensadores dos séculos XIX e XX.
Bibliografia básica: 05 textos – 05 de autores BERGSON, Henri. Introdução ao Pensamento e o Movente. São Paulo: Abril: 1974 ou São Paulo: Martins Fontes, 2008. _____ Introdução à Metafísica, em O Pensamento e o Movente (mesmas edições da referência anterior). _____ Ensaio sobre os dados Imediatos da Consciência. Lisboa: Edições 70, s/d. Texto disponível on-line. _____ A Evolução Criadora (capítulo IV). São Paulo: Martins Fontes, 2005. DELEUZE, G. Bergsonismo. São Paulo: Editora 34, 1999.
Bibliografia complementar: 08 textos – 05 de autores; 03 de autoras <i>PINTO, Débora Cristina Morato. Bergson, In: Os Filósofos - Clássicos da Filosofia, V.2. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. PINTO, Débora Cristina Morato. Crítica do negativo e ontologia da Presença: a interpretação de Bergson segundo Bento Prado Junior. O Que nos Faz Pensar, Revista do Departamento de Filosofia da PUC-RIO, Rio de Janeiro, v. 22, p. 23-48, 2007. PINTO, Débora Cristina Morato; MARQUES, Silene Torres. (Org.) Bergson. Crítica do Negativo e Pensamento em Duração. São Paulo: Alameda, 2009. v. 1. PRADO JÚNIOR, Bento. Presença e Campo Transcendental. Consciência e Negatividade na Filosofia de Bergson. São Paulo: Edusp, 1989. SILVA, Franklin Leopoldo. Bergson, Intuição e Discurso Filosófico. São Paulo: Loyola, 1994. WORMS, Frederic. A concepção bergsoniana do tempo. Em: Dois pontos. Revista de Filosofia dos Departamentos da UFPr e UFSCar. Vol.1 n.1, 2004. _____ Le Vocabulaire de Bergson. Paris: Ellipses, 2007. _____ Bergson. Os dois sentidos da vida. São Paulo: Ed. UNIFESP, 2010.</i>

Fonte: UFSCar (2012, p. 26).

O que ponderamos é que há um entendimento já-dito sobre o que é o conhecimento que esta disciplina trata, organizada por um não-dito que produz um efeito de evidência de que o conteúdo desta disciplina já está dado em sua História. Também percebemos que há um poder-dizer que ressoa na escolha das obras que produz a ementa, que basicamente constitui-se nos escritos de Bergson e o que este entende por Filosofia, uma vez que ou os textos são de sua autoria ou estudam sobre ele. Percebemos, assim, o dizer de um filósofo para constituir o que é o saber filosófico em questão.

A relação dito/não-dito pode ser contextualizada sócio-historicamente, em particular em relação ao que chamamos o “poder-dizer”. Pensando essa contextualização em relação ao silêncio fundador, podemos compreender a historicidade discursiva da construção do poder-dizer, atentado pelo discurso. Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada (Orlandi, 2013, p. 73).

O que esses já-ditos e não-ditos desconsideram é que, desde a Antiguidade, aos homens é dado o direito de pensar e contar a história geral e a sua própria e individual, de criar e de produzir conhecimento racional e científico sobre vários assuntos. Contudo, durante séculos, as mulheres não possuíram esse mesmo espaço, sendo formuladas e definidas por imagens e discursos representados por meio do olhar e da fala masculina. Disso resulta que os sujeitos do sexo masculino são os narradores da história feminina. Às mulheres, excluídas do posto público que os homens ocupavam naturalizadamente, são dadas à posição maternal e doméstica, lugares destituídos de importância histórica, seja na visão de historiadores, seja na institucionalização do conhecimento filosófico, a partir da disciplinarização da História da Filosofia.

Assim, uma formação discursiva presente nas ementas, e que estamos chamando de uma Formação Discursiva da Filosofia, é formulada e, ao mesmo tempo, formula um efeito de sentidos acerca das representações de mulheres, sendo composta e compondo uma Formação Ideológica Patriarcal, que silencia a presença das mulheres enquanto filósofas e os seus dizeres sobre si e sobre outras, sendo baseada e baseando dizeres que justificariam o apagamento das mulheres ocupando a posição de filósofas e estabelecendo uma memória sobre o que seria uma “essência-mulher” e não outra.

Podemos considerar que há diferentes forças em confronto quando, por exemplo, Beauvoir (1970) propõe uma análise a respeito das mulheres como o Segundo Sexo. Em seus questionamentos, notamos ditos que constata e

contrapõem outros dizeres e efeitos de sentido já-discursivizados socialmente.

Hesitei muito tempo em escrever um livro sobre a mulher. O tema é irritante, principalmente para as mulheres. E não é novo. [...] E não parece que as volumosas tolices que foram ditas neste último século tenham realmente esclarecido a questão. Ademais, haverá realmente um problema? Em que consiste? Em verdade, haverá mulher? Sem dúvida, a teoria do eterno feminino ainda tem adeptos; cochicham: "Até na Rússia elas permanecem mulheres." Mas outras pessoas igualmente bem informadas — e por vezes as mesmas — suspiram: "A mulher está se perdendo, a mulher está perdida." Não sabemos mais exatamente se ainda existem mulheres, se existirão sempre, se devemos ou não desejar que existam, que lugar ocupam ou deveriam ocupar no mundo. "Onde estão as mulheres?" [...]. Mas antes de mais nada: o que é uma mulher? (Beauvoir, 1970, p. 7).

Assim, como não foram os sujeitos do sexo feminino que escreveram e discursaram sobre si durante muitos séculos, a história das mulheres e de suas produções intelectuais não só passa por uma Formação Discursiva da Filosofia, atravessada pela Formação Ideológica Patriarcal que reflete o pensamento de alguns filósofos em cada período histórico, como também reproduz a Formação Imaginária que os homens, enquanto filósofos, poetas, historiadores e cientistas, tinham acerca das mulheres.

Segundo Perrot (2007), somente no século XIX a mulher pode ter o direito à educação, reconhecido pelo Estado, ação provavelmente motivada pela necessidade de trabalhadores mais aptos às funções nas fábricas, incluindo aí mulheres e crianças. Tais condições também contribuíram na produção dos efeitos de sentido que ajudaram a colocar as mulheres na posição de não produtoras de conhecimento intelectual, partindo do pressuposto de que se filósofas não são ditas, logo não existiram.

Contudo, se, por um lado, temos uma estrutura social que gera esse efeito de sentido silenciador das filósofas, de outro, temos o desejo de entender que somos seres do mundo e no mundo. Nossa estrutura coletiva se desenvolve num conflito de forças que produz significados e seus sentidos podem ser múltiplos. Nos milhares de

anos que levamos até chegar à organização social que constituímos hoje, nossa história foi a da luta de classes (Marx; Engels, 2018). Ou, como já citamos, “não há dominação sem resistência” (Pêcheux [1988], 2009, p. 281). Por isso, nossa história, seja da luta de classes, ou da dominação e da resistência, materializa-se no discurso, naquilo que é dito, não-dito ou já-dito pelos sujeitos. Sendo assim, podemos, por meio da análise, questionar aquilo que foi estabelecido acerca da (in)existência de filósofas.

Dessa forma temos que:

[...] se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”, o que – se estamos sendo bem compreendidos – representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido (Pêcheux [1988], 2009, p. 147-148).

A partir das considerações pecheutianas, podemos nos interrogar, então, o que são “filósofas”, “autoras” ou “pensadoras” na Formação Discursiva da Filosofia?, uma vez que estes termos não aparecem nas ementas, isto é, são silenciados. Ou ainda, tais termos estão ocultos ou pressupostos nas expressões “filósofos”, “autores” e “pensadores”? E se, a resposta for sim, então por que não há um número igual de obras citadas entre filósofas e filósofos? Assim, outro possível efeito de sentido que temos ao ler a disciplinarização da História da Filosofia Contemporânea é a de que não existem mulheres pensadoras no nosso atual contexto, ou de que estas não são filósofas, e sim historiadoras de Filosofia.

Por um lado, podemos refletir o quanto as filósofas foram apagadas, e assim excluídas e silenciadas, no reconhecimento da produção filosófica, pois, nas ementas, elas aparecem como historiadoras, tradutoras, revisoras, pesquisadoras (conforme destacamos no recorte), mas não há menção de sua nomeação ou de suas obras no texto dos ementários. E quando ocorre a referenciação de filósofas, as obras utilizadas geralmente abordam outros filósofos – não que isso desmereça suas produções, mas reforça que seus estudos são reconhecidos principalmente quando se referem a nomes de filósofos que “todo mundo sabe”, sobre assuntos que “todo mundo” considera filosofia e estes se referem a sujeitos masculinos.

Por outro lado, podemos pensar que o termo “filósofa” está contido em “filósofo”, utilizado como representante de todos os sujeitos que produziram conhecimento filosófico, uma vez que nossa língua tende a usar o masculino para referenciar tanto mulheres quanto homens e que o debate acerca da masculinização/feminização da língua portuguesa é recente, por isso não estaria ainda materializado. No entanto, o termo “filósofa”, tais como outros termos correlatos ao feminino, é excluído de dicionários impressos e online, aparecendo como definição de “pensadora” ou “pessoa do sexo feminino intelectual” apenas em alguns dicionários *on line* informais da língua portuguesa. O não-dito, assim, produz esse efeito de sentido que exclui e silencia as filósofas, ao entender que são homens aqueles que produziram e produzem filosofia.

Sabemos que, em geral, os dicionários não trazem o feminino dos termos. No entanto, segundo Garcia (2017), tais documentos constituem sentidos sobre as mulheres que tendem a silenciá-las e mantê-las nos espaços privados, ocupando espaços sociais determinados:

Nos dicionários, há uma tendência em opor o espaço privado e o espaço público na constituição das posições de dona de casa, da mulher casada e de prostituta. No espaço privado, estaria a posição de dona de casa e, conseqüentemente, a construção da imagem de uma mulher que cuida de sua família, que assume obrigações domésticas, ou seja, que, de uma forma ou de outra, garantiria o bem-estar e a ordem no ambiente familiar. Uma ordem, portanto, que

se caracteriza pela posição história da “mãe de família”, da “mulher casada”, de “reputação inatacável”. Já no espaço público, do mundo, estaria a posição de prostituta e a imagem de uma mulher perniciosa, que é desprestigiada socialmente pela sua atividade social e que, ao contrário, contribuiria para a desarticulação de uma possível ordem familiar (Garcia, 2017, p. 81).

De acordo com Garcia (2017, p. 81), os dicionários produzem “um efeito de transparência e objetividade como se os sentidos só fossem aqueles que estão ali contemplados”. E é o que percebemos se repetir, em uma Formação Discursiva da Filosofia, filiada à ideologia patriarcal, pelos dizeres que alguns filósofos sustentam sobre as mulheres.

Resumindo, então, pela análise da Formação Discursiva das ementas recortadas, percebemos que há um dizer que retoma uma memória discursiva sobre o que é a História da Filosofia Contemporânea, já que apesar da aparente variedade de conteúdo, estes abordam constantemente os mesmos termos e temas. Isso, por sua vez, remonta a uma memória, isto é, a um já-dito, sobre quem seriam os sujeitos intelectuais.

Nos termos pecheutianos, tal análise nos permitiria entender a afirmação que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (Pêcheux [1988], 2009, p. 148-149).

Assim, consideramos que o discurso utilizado para a construção das disciplinas analisadas compreende não só a noção de interdiscurso, pois é feito a partir de um já-dito do que seria a História da Filosofia e do que seriam os sujeitos femininos e masculinos, como também de um atravessamento ideológico patriarcal, já que entende as mulheres como intelectualmente inferiores aos homens. Esse interdiscurso, que compõe uma Formação Discursiva da Filosofia, ora diz e é dito pelas posições historicamente atribuídas às mulheres e aos homens, ora funciona como memória que sustenta a ausência de mulheres filósofas nas ementas das

disciplinas de História da Filosofia.

Aparentemente, há novos efeitos de sentido acerca dos sujeitos intelectuais sendo formulados quando lemos, nas mídias tradicionais ou em redes sociais, sobre a presença da mulher na ciência, geralmente com títulos como “Você precisa conhecer essas cientistas” ou “Veja as mulheres que foram importantes na ciência”. Porém, conforme analisamos as disciplinas do Programa de Graduação em Filosofia, formuladas para serem, no nome, aquilo que contempla os conteúdos sobre o assunto, percebemos que, embora haja um movimento em direção à constatação da existência de mulheres que produzem ciência e filosofia, isso não garante o reconhecimento de seus estudos na esfera acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1974.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2001.

GARCIA, Dantielli Assumpção. A mulher no idioma: efeitos de silenciamento e resistência. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 40, p. 69-87, 2017. Disponível em: <<http://revistalinguas.com/edicao40/artigo3.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou Recortar. **Série Estudos - 10**. Uberaba: Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6.ed. Campinas: Editoras da Unicamp: 2013.

PÊCHEUX, Michel [1969]. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel [1988]. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS Catherine [1975]. A propósito da Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Proposta Político-Pedagógica do curso de Filosofia**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2014. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/ProGrad/PPCs/PPC-FILOSOFIA%20VERS%C3%83O%20CONCLU%C3%8DDA%20.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Proposta Político-Pedagógica do curso de licenciatura em Filosofia**. Maceió: UFAL, 2006. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/pc-filosofia-licenciatura.pdf/@download/file/ppc-filosofia-licenciatura.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Proposta Político-Pedagógica e currículo do bacharelado**. São Carlos: UFSCar, 2012. Disponível em: <<http://www.dfil.ufscar.br/documentos/pp-bacharelado-2007>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO. **Proposta Político-Pedagógica do curso de licenciatura em Filosofia**. Cuiabá: UFMT, 2013. Disponível em: <<http://sistemas.ufmt.br/ufmt/ppc/PlanoPedagogico/Download/129>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Proposta Político-Pedagógica do curso de bacharelado em Filosofia**. Belém: UFPA, 2010. Disponível em: <<http://faculdadedefilosofia/PP%20FILOSOFIA%20BACHARELADO.pdf.ufpa.br>>. Acesso em: 10 jan. 2019.